



DINÂMICA TERRITORIAL BRASILEIRA

Therezinha de Castro

INTRODUÇÃO

Rudolf Kjellen,* o criador do termo *geopolítica*, estudou o Estado como forma de vida. Para o sociólogo sueco os Estados nascem, crescem, alguns se projetam, outros não e morrem. O morrer significa ceder o lugar no cenário das Relações Internacionais; e o se projetar se constitui ocupar um lugar de destaque no âmbito das Relações Internacionais, quer como potência, quer como super-potência, no seio da bipolaridade.

Dentro, pois, deste conceito global podemos, em linhas gerais, descrever a dinâmica territorial brasileira.

GEOPOLÍTICA DE TORDEZILHAS

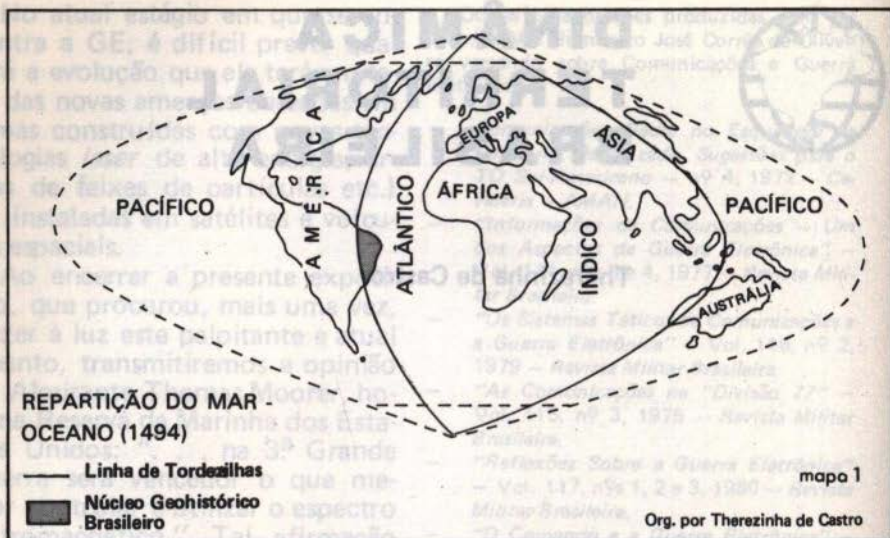
O território político brasileiro nasceu em *função do mar*, em ple-

no desenvolvimento da era oceânica. Podemos assim afirmar que o estabelecimento do *núcleo geohistórico brasileiro* se constituiu numa conseqüência dos interesses de Portugal no Oriente, ou Índias, em face do desejo primordial de manter dentro de sua órbita os oceanos Atlântico e Índico.

Analisadas num mapa as imposições do Tratado de Tordezilhas de 1494, observa-se que as mesmas dizem respeito à repartição do Mar-Oceano, ou mais precisamente o Atlântico. (Mapa 1)

Rejeitando-se à Bula Inter Coetera, conseguiram os portugueses controlar melhor o Atlântico com as 370 léguas que obtinham em Tordezilhas. A linha acordada em Tordezilhas ia de pólo a pólo para dividir a Terra em duas partes

* "Der Staat als Lebensform" — Berlim, 1924 (traduzindo-se por "O Estado como forma de Vida").



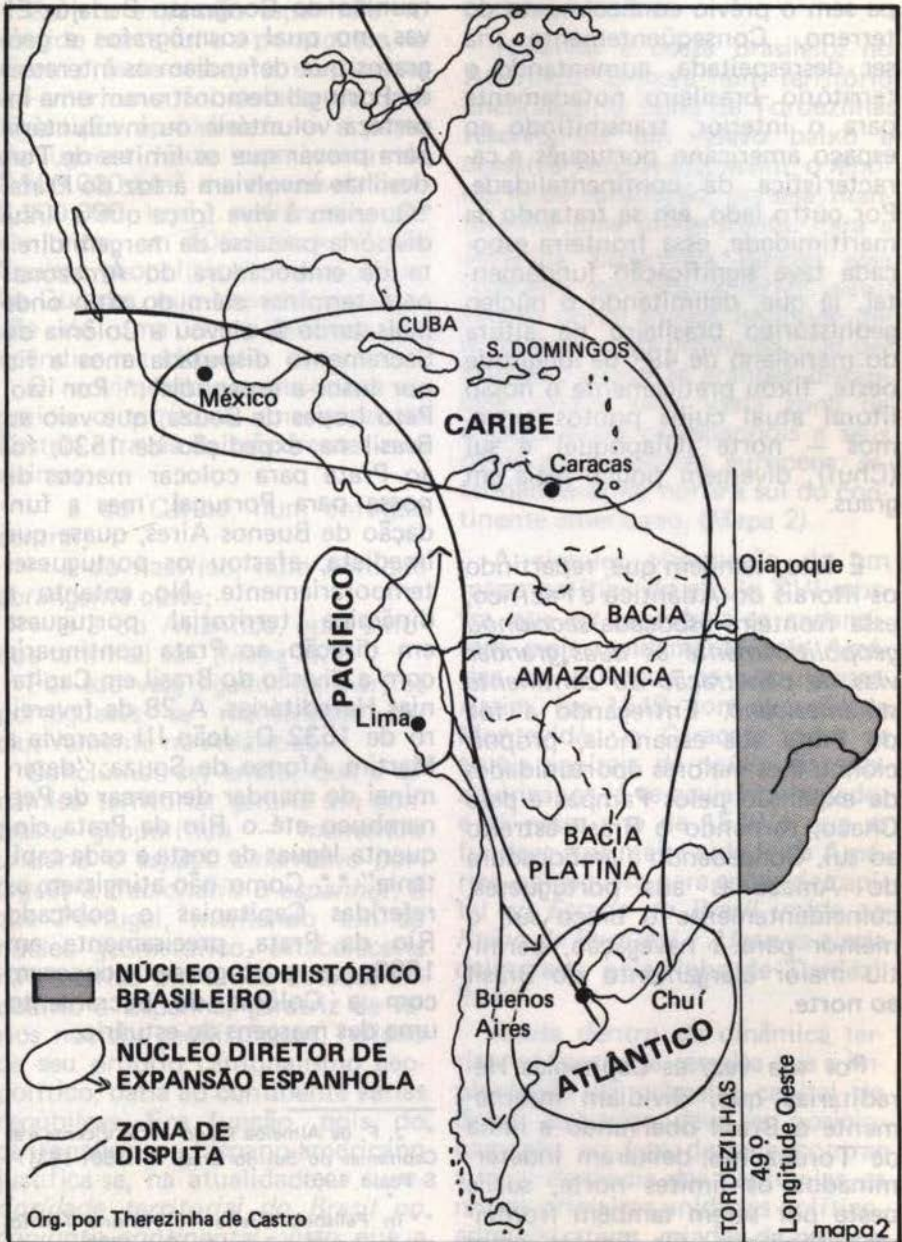
iguais. No entanto, as massas líquidas foram desigualmente repartidas: o Atlântico-Índico ficava na esfera de domínio de Portugal, restando o Pacífico para a Espanha, de pequena importância na rota das especiarias.

O objetivo português, deixando, na prática, apenas o Pacífico para os espanhóis, era ainda plenamente atingido ao colocar dentro de seus domínios um território base na América do Sul. Esse território base é justamente o núcleo geohistórico brasileiro, dominando a linha de estrangulamento do Atlântico, na zona em que a América, em seu entorce continental, mais se aproxima da África, onde os portugueses já se haviam estabelecido antes de Tordezas. Como autêntico acordo de repartição dos oceanos, o Tratado de Tordezas não impedia os navios da Espanha e Portugal de navegarem nos mares

adjudicados desde que as viagens não tivessem a finalidade "de descobrir e achar terra, nem ilhas algumas, nem contratar, nem resgatar, nem conquistar". Para compensar a partilha os mares eram livres, mas as terras que comandavam esses mares tornavam-se particulares, como pontos embrionários de impérios ultramarinos.

Dentro, pois, da dinâmica territorial, antes de existir como entidade política, o núcleo geohistórico brasileiro passava a girar na esfera geopolítica do império marítimo que o português criava. Caberia a Pedro Álvares Cabral, em 1500, oficializar a posse da *faixa marítima de 2.800.000 km²* obtida na América pelo Tratado de Tordezas assinado seis anos antes. (Mapa 2)

Delimitando o espaço natural onde iria forjar-se o ímpeto criador da cultura brasileira, Tordezi-



lhas se constituía numa *fronteira esboçada*, ou seja, traçada no mapa sem o prévio conhecimento do terreno. Conseqüentemente iria ser desrespeitada, aumentando o território brasileiro notadamente para o interior, transmitindo ao espaço americano português a característica da continentalidade. Por outro lado, em se tratando da maritimidade, essa fronteira esboçada teve significação fundamental, já que, delimitando o núcleo geohistórico brasileiro na altura do meridiano de 49º de longitude oeste, fixou praticamente o nosso litoral atual cujos pontos extremos — norte (Oiapoque) e sul (Chuí), divergem pouco mais em graus.

É fato, também que, repartindo os litorais do Atlântico e Pacífico, essa fronteira esboçada *seccionou geopoliticamente as duas grandes vias de penetração do continente sul-americano*. Entregando a foz do Prata aos espanhóis, proporcionou-lhes maiores oportunidades de expansão pelos Pampas e pelo Chaco, tornando o Brasil estreito ao sul. Concedendo a embocadura do Amazonas aos portugueses, coincidentemente o braço sul, o melhor para a navegação, permitiu maior alargamento do Brasil ao norte.

Por sua vez, as Capitanias Hereditárias que, dividiam internamente o Brasil observando a linha de Tordezilhas, deixaram indeterminados os limites norte, sul e oeste por serem também fronteiras esboçadas. Os limites eram

considerados tão indeterminados, que em 1524 fora motivado a reunião do Congresso Badajóz-Elvas, no qual cosmógrafos e geógrafos que defendiam os interesses de Portugal demonstraram uma incerteza voluntária ou involuntária para provar que os limites de Tordezilhas envolviam a foz do Prata. "Queriam à viva força que a linha divisória passasse da margem direita da embocadura do Amazonas para terminar além do sítio onde mais tarde se elevou a Colônia do Sacramento disputada anos a fio por lusos e espanhóis".* Por isso, Pero Lopes de Souza, que veio ao Brasil na expedição de 1530, foi ao Prata para colocar marcos de posse para Portugal; mas a fundação de Buenos Aires, quase que imediata, afastou os portugueses temporariamente. No entanto a dinâmica territorial portuguesa em direção ao Prata continuaria com a divisão do Brasil em Capitanias Hereditárias. A 28 de fevereiro de 1532 D. João III escrevia a Martim Afonso de Souza: "determinei de mandar demarcar de Pernambuco até o Rio da Prata cinquenta léguas de costa a cada capitania".** Como não atingissem as referidas Capitanias o cobiçado Rio da Prata, precisamente em 1680, os portugueses ocupavam com a Colônia do Sacramento uma das margens do estuário.

* J. F. de Almeida Prado — "S. Vicente e as Capitanias do Sul do Brasil — (1501-1531)" S. Paulo, 1961.

** In Felisbelo Freire — "História Territorial do Brasil" — Tomo I — Rio, 1906.

EVOLUÇÃO TERRITORIAL

Com a expansão espanhola no sentido norte-sul e a portuguesa na diretriz leste-oeste, o continente sul-americano foi dotado de uma bipartição aproximada — a parte portuguesa ficou com cerca de 8.500.000 km² e a espanhola com 9.300.000 km², retirando-se do conjunto os 500.000 km² do "quisto geopolítico" formado pelas Guianas, que impediu a formação de uma Ibero-América no apêndice meridional.

O movimento expansionista espraçou o território americano de Castela através de três frentes marítimas:

- a do Caribe, num enfoque central;
- a do Pacífico, num enfoque abrangente oeste;
- e a do Atlântico, num enfoque terminal sul. (Mapa 2)

Por sua vez, ligados ao mar, os portugueses se mantiveram exclusivamente no Atlântico.

Concluindo-se, então, que a dinâmica territorial geraria um contraste geopolítico — *mantendo unitário o espaço americano português e fracionário o espanhol*. É que Portugal, mantendo um só núcleo geohistórico, estabeleceria na América um único Estado; enquanto a Espanha, geratriz de vários núcleos geohistóricos, reflexo de seu próprio cantonalismo geopolítico, daria ao continente várias repúblicas. Em função, pois, do cantonalismo hispano-americano justifica-se, na atualidade, a *superioridade territorial do Brasil no conjunto continental*, visto que a

Argentina, que o segue em área, atinge apenas a terça parte da superfície brasileira.

Isolando a costa brasileira no Atlântico, embora num território encurvado, a linha de Tordezilhas reservou-lhe um relevo baixo e acessível; impôs-lhe, assim, o *fenômeno da conjugação*, ou seja, manteve-lhe uma única frente. Para a América Espanhola deixou essa fronteira esboçada o difícil caminho da dorsal andina, impondo-lhe o *fenômeno da disjunção*. Tal defasagem, aliada às grandes distâncias, criaria uma vasta zona de disputa entre os espanhóis e seus rivais colonizadores europeus, estendendo-se de norte a sul do continente americano. (Mapa 2)

A simples observação de um mapa político do século XVI mostra que os espanhóis se expandiram mais rapidamente pela América do Sul que os portugueses. Assim, em 1549, com exceção de Montevidéu e Caracas, todas as atuais capitais de países hispano-americanos já se haviam esboçado; e só nesse ano de 1549 é que se fundava a primeira cidade na América portuguesa para servir de capital ao *Estado do Brasil unido ao Reino de Portugal e Algarves* ainda delimitado pela linha de Tordezilhas.

Ainda dentro da dinâmica territorial brasileira ressalta que a implantação da primeira capital do Brasil, *Salvador*, deve seu posicionamento ao fato de se encontrar a igual distância das Capitânicas, as nossas primeiras unidades político-administrativas, criadas de norte a

sul dentro da faixa territorial de Tordesilhas.

Com o desenvolvimento do ciclo açucareiro no Nordeste a capital foi mantida em Salvador durante duzentos anos. Em 1763 era criado, pelos espanhóis, o Vice Reino do Prata, e nesse cenário de disputas, com os portugueses estabelecidos na Colônia do Sacramento, a cidade do Rio de Janeiro era então o núcleo urbano mais importante nas proximidades. Por outro lado, embora sem anular o ciclo da cana de açúcar, se desenvolvia em Minas Gerais o ciclo do ouro e o Rio de Janeiro estava mais próximo dessa zona a fim de impedir o contrabando.

Entre as zonas de ocupação espanhola e portuguesa, até meados do século XVII, estendeu-se uma vasta zona geopolítica neutra, ou seja, uma área despovoada que seria quase toda ocupada pelos portugueses. Esse período marca o aparecimento de um território brasileiro interiorizado, conseqüência do desaparecimento da linha de Tordesilhas imposto pela *união das monarquias ibéricas* (1580-1640). Dentro da dinâmica territorial o Brasil cresceu, quando se intensificaram as Bandeiras, animadas pelos reis Felipe de Espanha, que sempre demonstraram mentalidade mais continental do que marítima.

Herdamos ainda nesse período os inimigos europeus da Espanha, que, não conseguindo se estabelecer no Estado do Brasil, criaram um "quisto" anglo-franco-holandês nas Guianas.

A Espanha havia sido informada de que a região amazônica estava infestada de filibusteiros e que o Rei Jaime I doara dessas terras a súditos seus. Por isso, no Regimento dado a Alexandre de Moura, que expulsou os franceses do Maranhão (1615), vinha determinado que "se fizesse a jornada do Grão Pará e Rio das Amazonas, e se botassem dele os estrangeiros, que ali residem, posto que parece cai na demarcação de Castela o Rio das Amazonas". O encargo da conquista caberia a Francisco Caldeira Castelo Branco, fundador de Belém; mas a entrada pela Amazônia seria obra de Pedro Teixeira (1637), subalterno que integrava essa comitiva, já que "não interessava à província franciscana de Quito as terras do Amazonas até Belém do Pará".* A fraqueza e inabilidade que os comandantes espanhóis haviam demonstrado em Trinidad e região das Guianas, ao defendê-las contra os ingleses e holandeses, perdendo parte dessa costa sul-americana desde o Orinoco ao Amazonas, levou os Conselheiros da Coroa de Castela a confiar aos então seus súditos portugueses a conquista da Amazônia.**

Em conseqüência, dentro da dinâmica territorial brasileira, por necessidade de defesa, a Amazônia, praticamente desprezada pe-

* Carlos Studart Filho - "O Antigo Estado do Maranhão e suas Capitanias Feudais" - Fortaleza, 1960.

** Para maiores detalhes vide Enrique de Candida - "Limites de las Gobernaciones Sud-Americanas en el Siglo XVI" - Buenos Aires, 1933.

los espanhóis se manteve na órbita de Portugal. As terras portuguesas da América foram então divididas, por algum tempo, em dois Estados: o do Grão Pará e Maranhão com capital em S. Luís e depois em Belém, e o do Brasil com capital em Salvador até 1763 e depois no Rio de Janeiro. (Mapa 3) No entanto, deve-se ressaltar que a unidade do Estado do Brasil não foi quebrada por Portugal. Foi o Decreto Régio, assinado a 13 de junho de 1621, por Felipe IV da Espanha e referendado pelo Regente Conde de Olivares, que dividiu as terras americanas ocupadas e conquistadas pelos portugueses em dois Estados.



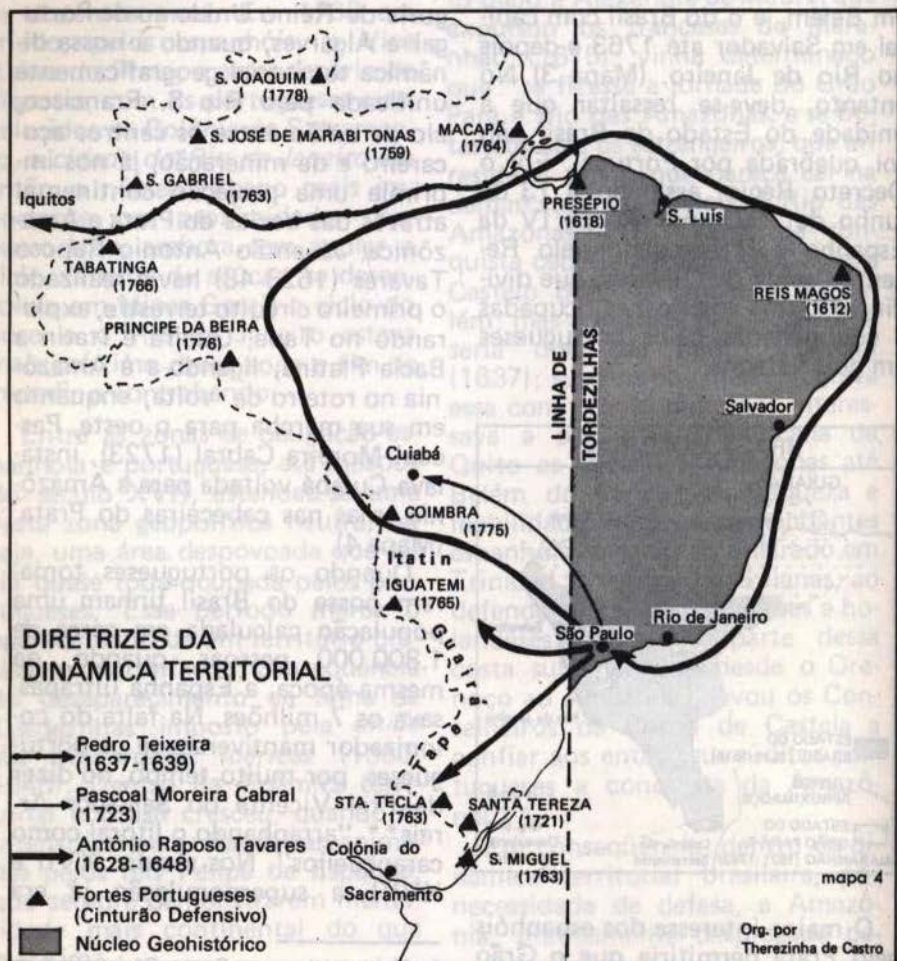
O maior interesse dos espanhóis pelo Prata permitiria que o Grão Pará e Maranhão, mesmo após a separação das monarquias ibéricas (1640), se mantivessem dentro da órbita portuguesa. Por isso, ocupada a Amazônia pelos portugueses e desviados os interesses ingleses

para a América do Norte, onde se enfrentavam com os franceses, unem-se definitivamente, em 1763, os Estados do Brasil e do Grão Pará e Maranhão.* Em 1816 o Estado do Brasil passava à categoria de Reino Unido ao de Portugal e Algarves, quando a nossa dinâmica territorial geograficamente unificada pelo Rio S. Francisco, elo de união entre os centros açucareiro e de mineração, já nos imprimia uma projeção continental através das bacias do Prata e Amazônica. Já então Antonio Raposo Tavares (1628-48) havia realizado o primeiro circuito terrestre, explorando no Tape, Guairá e Itatin a Bacia Platina, ligando-a à Amazônia no roteiro de volta; enquanto em sua marcha para o oeste, Pascoal Moreira Cabral (1723), instalava Cuiabá voltada para a Amazônia, mas nas cabeceiras do Prata. (Mapa 4)

Quando os portugueses tomaram posse do Brasil tinham uma população calculada em cerca de 1.800.000 pessoas, quando, na mesma época, a Espanha ultrapassava os 7 milhões. Na falta do colonizador mantiveram-se os portugueses, por muito tempo, no dizer de Frei Vicente do Salvador Arais** "arranhando o litoral como carangueijos". Nos séculos XVII e XVIII a superpopulação já era

* Muito embora as Cartas Régias de 4 de maio e de 18 de julho de 1647 determinassem que o Estado do Grão Pará e Maranhão passavam a ser parte integrante do Estado do Brasil, na prática, a separação político-administrativa ainda se manteve.

** "História do Brasil (1500-1627)" — Edições Melhoramentos — S. Paulo, 1960.



fato na Madeira, nos Açores, em S. Tomé e Príncipe; conseqüentemente a dinâmica territorial brasileira tomaria novo impulso com o governo português enviando "levas de colonos para o Maranhão e Pará e em seguida para o extremo sul, Santa Catarina e Rio Grande, onde iam servir o imperialismo lusitano que por três séculos nascia em Lisboa, reforçava-se nas ilhas e se expandia no Brasil à custa do vizinho espanhol.*

Assim, do século XVII ao XVIII a dinâmica territorial brasileira vai se caracterizando e se implantando; implantando-se sobretudo no setentrião que será delimitado por uma linha geoestratégica de fortes constituindo um autêntico cinturão defensivo. (Mapa 4) Cinturão defensivo de fortalezas que se destinava a manter integrada ao Estado do Brasil toda essa vasta área cobiçada pelos ingleses, franceses e holandeses, fixados nas Guianas. Cinturão defensivo de fortalezas que, desde o Rio de Janeiro (cobiçado pelos franceses) e Salvador (na mira dos holandeses), seguia pelo nordeste, que quase se desintegrou do todo nacional nos seus inúmeros anos de ocupação estrangeira. Cinturão defensivo de fortalezas que desde Macapá, passando por S. Joaquim, S. José, S. Gabriel, Tabatinga, Príncipe da Beira, Coimbra e Iguatemi, chegava a S. Miguel no Chuf, amarrando a *fronteira terrestre da nacionalidade*

brasileira desde a Amazônia até o Prata.

Dentro da dinâmica territorial que nos induziu a essa projeção continental, o Brasil, por sua *presença*, ou seja, sua área, e seu *posicionamento*, já surge em pleno século XX como múltiplo vetor na América do Sul e com destaque no âmbito regional atlântico.

CARACTERIZAÇÃO TERRITORIAL

O posicionamento e a presença são, pois, fatores de suma importância na dinâmica territorial de um país.

O *posicionamento* pode afetar todo e qualquer país dos seis continentes, visto que a Antártica já se incluiu no âmbito das Relações Internacionais; sobretudo porque os acontecimentos políticos, econômicos e sociais se interpenetram, envolvendo toda a humanidade. Conseqüentemente, um lugar, por menor ou mais longínquo que esteja, poderá transformar-se num ponto de grande importância e convergência de ambições de uma hora para a outra. O posicionamento, é, pois, um dos responsáveis pelos conflitos localizados que se generalizaram depois da Segunda Guerra Mundial; conflitos que se estenderam desde a Ásia, passaram pela Europa, tumultuaram a África, envolvem a América e já ameaçam a Antártica.

O fator *presença* só envolve uns poucos países, sendo destacado por Alexis de Tocqueville em 1835 em seu livro "A Democracia na América". Afirmava o citado

* J.F. de Almeida Prado - "Pernambuco e as Capitânicas do Norte do Brasil (1530-1630)" - 1º Tomo - S. Paulo, 1939.

autor que, com o desaparecimento da supremacia da Espanha e de Portugal e a iminente perda da hegemonia de seus substitutos, a França e a Inglaterra, o mundo se havia tornado pequeno demais para as pequenas nações. Para Tocqueville o mundo continuaria ainda no âmbito da bipolaridade, porém dominado por nações com grande extensão territorial e ampla fachada marítima. E é ainda o próprio Tocqueville que no longínquo ano de 1835 apontava visionariamente quais seriam essas duas potências:

— a Rússia e os Estados Unidos.

Em nossos dias, a despeito da tecnologia e armamentos avançados de que dispõem, a derrocada dessas duas superpotências já vem sendo apontada. Já começam, portanto, os especialistas a se atirar ao processo seletivo... buscam condições a serem preenchidas por países que possam aspirar a ascender a posições hegemônicas, dentro ainda da bipolaridade. Um desses especialistas, o estadunidense *Ray Cline*, faz seus estudos seletivos com base na seguinte fórmula:

$$PP = (C + E + M) \times (S + W)$$

Segundo a fórmula de Cline o *Poder Perceptível* (PP) é calculado através da soma da massa crítica (C) que é, na prática, a população e o território de um país mais a capacidade econômica desse país (E), mais a capacidade militar (M); somados essas três parcelas deve, em seguida ser o seu total multiplicado pela soma de dois outros que são: o objetivo estratégi-

co (S) e a vontade de executar a estratégia nacional (W).

Como a palavra Poder leva sempre o interlocutor a pensar na arte bélica, Cline destaca que — o Poder Perceptível não é só a capacidade de fazer guerra, mas também a capacidade de *impôr uma vontade dentro de um contexto político e econômico*.

Numa avaliação de Cline, em 1980, surgia o seguinte quadro:

País	Poder perceptível
Estados Unidos	434
Rússia	382
China	139
Brasil	98
Canadá	87
França	82
Japão	77
Alemanha (Oc.)	77
Austrália	73
Índia	71

Excetuando-se os Estados Unidos e a Rússia, as atuais superpotências, bem como a França, o Japão e a Alemanha Ocidental, que não se coadunam no fator presença, os outros cinco países do quadro classificatório de Cline são também analisados levando-se em conta *as condições básicas para a categoria de nação emergente* no âmbito das Relações Internacionais. Destes, apenas dois vão conseguir globalizar as sete condições básicas que são as seguintes:

- Superfície Territorial maior do que 5.000.000 km².
- Continuidade Territorial.
- Acesso direto e amplo ao alto-mar.
- Recursos naturais e estratégicos essenciais.
- População maior do que 100 milhões de habitantes.
- Densidade demográfica maior do que 10 hab./km² e menor do que 200 hab./km².
- Homogeneidade racial.

Os cinco países em questão se enquadram nos quatro primeiros quesitos. A Austrália e o Canadá se desclassificam nos itens *população absoluta e densidade demográfica*; enquanto a Índia e também o Canadá não se enquadram no fator homogeneidade racial. Donde, ainda no âmbito da bipolaridade, chegamos com a *China e o Brasil preenchendo as sete condições básicas* para a categoria de nação emergente no âmbito das Relações Internacionais.

A presença brasileira é marcada pelo seu espaço territorial de 8.513.844 km² apresentando a forma grosseira de um triângulo que se sobrepõe ao da América do Sul, cortado pelo *equador terrestre* de modo desigual: a menor parte, situada no hemisfério norte (598.656 km²), e a maior (7.915.188 km²) no hemisfério sul. Somos, pois, *país do hemisfério oceânico*. (Mapa 5)

Com o *tropico de Capricórnio* passando pela altura da cidade de S. Paulo caracterizamo-nos como *país tropical*, visto que apenas três Estados meridionais (Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul), perfazendo apenas 7% de nosso to-

tal territorial, se enquadram na *zona temperada*.

Dentro da conceituação de Renner o Brasil é um *país de forma compacta*, pois há equidistância entre seus pontos extremos norte sul (4.307 km) e leste-oeste (4.336 km). Observadas *as nossas fronteiras*, vemos que a marítima, correspondendo ao *nosso litoral com 7.367 km*, representa menos da metade de *nossas fronteiras terrestres que se estendem por 15.719 km*. Segundo a fórmula do coeficiente de continentalidade de Backheuser,* ou seja, a divisão de *nossas fronteiras terrestres pela marítima*, obteremos a fração 2/1, mostrando que *o Brasil é um país mais continental do que marítimo*. Com a abstração das fronteiras terrestre e marítima para traçarmos *uma linha que passe a 1.000 km do litoral*, já teremos, dentro da dinâmica territorial, *um Brasil bem mais enquadrado na maritimidade*, com 60%, contra apenas 40% envolvidos na continentalidade. Conseqüentemente, levando-se

* Everardo Backheuser — "Curso de Geopolítica Geral e do Brasil" — Rio de Janeiro — Biblioteca do Exército.



em conta as compensações e ajustamentos necessários, *pode o Brasil ser considerado como um país do tipo misto continental-marítimo*; país, no entanto, que, com base na sua origem, é bem mais voltado para o mar, já que a superioridade da extensão da fronteira terrestre é minimizada pelo fator despovoamento, enquanto as nossas fronteiras marítimas oferecem apreciável grau de ecumenidade. (Mapa 6)

Dentro, pois, da atual dinâmica territorial brasileira, levando-se em conta a distribuição demográfica nossas *fronteiras* são classificadas como do *tipo faixa*, isto é, despoovoadas; só apresentamos o tipo linha com o Uruguai e parte da Argentina, onde a cada cidade brasileira corresponde geminada uma uruguaia ou argentina.

Tomando-se por base a divisão do Brasil em *cinco regiões naturais*, veremos, dentro da dinâmica territorial, o nosso país formado por *três ilhas geoeconômicas*. (mapa 5)

— A *ilha subdesenvolvida*, constituída pelas *Regiões Norte e Centro-Oeste*, perfaz 64% de nosso total territorial. Dentro da dinâmica territorial brasileira essas duas regiões são marginalizadas, carecem de integração e sofrem, juntamente com a Região Sul, as influências continentais, por repartirem com outros países sul-americanos as Bacias Platina e Amazônica.

— A *ilha em desenvolvimento* é representada pela *Região Nordeste*, com 18% de nosso total territorial, que, por sua presença e posi-

cionamento, constitui a charneira ou extremidade dobrada das Regiões Norte, Centro-Oeste e Sudeste. É a zona que forma o ângulo mais saliente do entorce continental, projetando-se no Atlântico e buscando a África. Assim, Recife se encontra a quase 4.000 km a leste de Buenos Aires e a pouco menos de 3.000 km de Dakar.

Por sua presença e posicionamento a Região Nordeste vem sendo, desde o passado colonial, a zona mais afeita às influências externas, constituindo o vértice dos entretrechos continental e extra-continental.

— A *nossa ilha desenvolvida* inclui as *Regiões Sul e Sudeste*, perfazendo os restantes 18% de nosso total territorial. Aí se concentra o ecúmeno estatal brasileiro e o triângulo geopolítico formado por Rio-S. Paulo-Belo Horizonte.

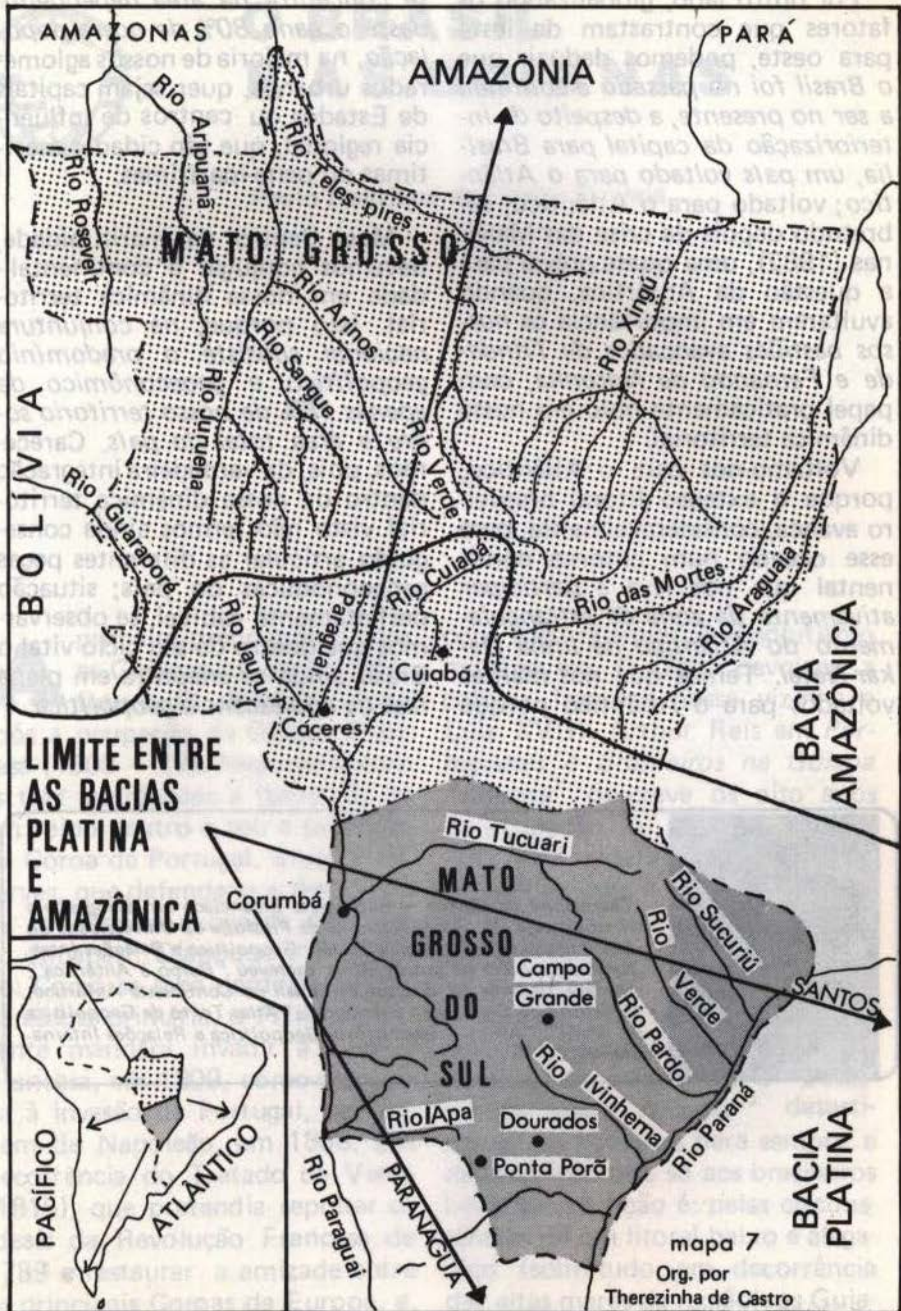
CONCLUSÃO

Do exposto podemos concluir que no âmbito continental *têm grande importância dentro de nossa dinâmica territorial as Bacias do Prata e Amazônica* que hoje nos ligam diplomaticamente com nossos vizinhos através de Pactos. Dentro dessa dinâmica territorial vemos ainda *um Brasil bem mais voltado para o Prata*, onde se concentram 49% de nossa população, do que para a *Bacia Amazônica, o deserto demográfico brasileiro*. (Mapa 6) Daí, dentro do dividir para convergir, integrar e povoar, a *ação geopolítica na divisão do Estado*



de Mato Grosso em 1977. (Mapa 7) Divisão, que quase respeitou a geografia numa área, em que as cabeceiras dos afluentes amazônicos, quase se encontram com os da Bacia do Prata. Daí, Mato Grosso, com sua capital Cuiabá, nas nascentes do Prata vir mantendo, dentro da dinâmica territorial, a característica de portal da Amazônia, enquanto Mato Grosso do Sul, bem mais voltado para o Pra-

ta, numa atração com a Bolívia e o Paraguai, se serviu dos Corredores de Exportação de Santos e Paranaguá. E, nesse contexto, por sua presença e posicionamento, *o Brasil já exerce o papel de múltiplo vetor no continente*, buscando em sua continentalidade o Caribe, o Pacífico e a Antártica; e dentro dessa dinâmica territorial os dois Estados interiorizados ocupam uma posição cêntrica.



Por outro lado, globalizando os fatores que contrastam de leste para oeste, podemos deduzir que *o Brasil foi no passado e continua a ser no presente, a despeito da interiorização da capital para Brasília, um país voltado para o Atlântico*; voltado para o Atlântico, sobretudo depois da crise das Malvinas (1982), uma quase prévia para a questão da Antártica, quando avultaram em importância os *nostros bastiões avançados de Trindade e Fernando de Noronha*, com papel praticamente nulo em nossa dinâmica territorial.

Voltamo-nos para o Atlântico, porque o extenso litoral brasileiro avança, consideravelmente, para esse oceano num entorce continental que nos leva a *participar ativamente da zona de estrangulamento do Atlântico na linha Dakar-Natal*. Temos que nos manter voltados para o Atlântico porque

se concentra na área dependente desse oceano 80% de nossa população, na maioria de nossos aglomerados urbanos, quer sejam capitais de Estados ou centros de influência regional, que são cidades marítimas ou pene-marítimas.

Mas, dentro da maritimidade, devemos conjugar a continentalidade em nossa dinâmica territorial. Isto porque, *na conjuntura nacional subsiste o predomínio geopolítico e geoeconômico de apenas 18% de nosso território sobre a área total do país*. Carecemos, pois, da verdadeira integração dentro da nossa dinâmica territorial visto não termos ainda conseguido articular as diferentes peças geoeconômicas do país; situação perfeitamente cabível, se observarmos que dentro de seu ciclo vital o Brasil ainda se encontra em plena *fase da adolescência geopolítica*.



Therezinha de Castro — Bacharel e Licenciada em Geografia e História pela Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil (atual UFRJ). Especialização: Geopolítica e Relações Internacionais. Além de outras obras, escreveu "Rumo à Antártica", em que defende os direitos do Brasil no Continente Antártico, "História da Civilização Brasileira", "Atlas-Texto de Geopolítica do Brasil", "África — Geohistória, Geopolítica e Relações Internacionais".